



PROVEDORES REGIONAIS
MOMENTO EDITORIAL

NOVO HAMBURGO (RS)
DEZEMBRO/2016

O papel do Provedor Regional no novo modelo das telecomunicações

1

Os provedores foram colocados no centro da
Política Pública de expansão da Banda Larga?

Nós entendemos que não

Decreto 8776 de 11 de maio de 2016 cria o Plano Brasil Inteligente, sucessor do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL)

Estabelece que no mínimo 60% dos município beneficiados devem estar nas regiões Norte e Nordeste

Objetivos muito genéricos e não há menção ao fundo garantidor para provedores

Nós entendemos que não

PL 3453/2015 altera a LGT para permitir a adaptação das concessões por autorizações, mas, mais uma vez, não diz nada sobre os provedores

PL não leva em consideração trabalho (GT) que foi feito pelo MCTIC e Anatel, mas mesmo assim o MCTIC o apoia

O que diz o PL 3453/2015?

Concessionárias do STFC poderão adaptar a concessão para autorização mediante assunção de “compromissos de investimento” em áreas sem “competição adequada”

O valor econômico associado à adaptação será determinado pela Anatel e levará em consideração a parcela dos bens reversíveis “essenciais e efetivamente empregados na prestação do serviço concedido”

O que diz o PL 3453/2015?



O valor econômico “será a diferença entre o valor esperado a partir da exploração do serviço adaptado em regime de autorização e o valor esperado da exploração desse serviço em regime de concessão, calculados a partir da adaptação”

Perguntas sem resposta

Como será feito esse cálculo? A redução da “carga regulatória” como manutenção de TUPs, redução ou alteração de metas de atendimento e cobertura entrarão de que maneira no cálculo?

Quais são os compromissos de investimentos? E em quais municípios? Qual critério de escolha?

Como se apurar o seu efetivo cumprimento?

Perguntas sem resposta



Quais as garantias que os investimentos serão realmente feitos?

O que acontece com as concessionárias se e quando for apurado que não fizeram os investimentos a que se comprometeram, no todo ou parcialmente?

Do ponto de vista concorrencial, é correto incentivar uma grande empresa entrar em um mercado já explorado por um Provedor Regional

Perguntas sem resposta



O PL é extremamente vago na delegação à Anatel a tarefa de calcular “o valor econômico”

Sem essas perguntas respondidas na Lei, a Anatel terá um cheque em branco para dar à sociedade

TACs Oi e Telefônica/Vivo



Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) trocam multas por investimento.

Só da Oi estima-se R\$ 20 bilhões em multas não pagas. Com o TAC esse valor será transformado em redes de banda larga.

Não somos contra transformar as multas em investimento em áreas sem rede de alta capacidade, mas julgamos um desperdício de recursos públicos com efeitos danosos à competição fazer isso em municípios em que haja provedores atuando

Quem são os provedores

- 2,25 milhões de acesso / 10% do mercado de banda larga fixa
- Nas cidades pequenas e médias o market share chega a 30%
- 30% da fibra vendida no Brasil é comprada pelos Provedores, de acordo com fabricantes
- Apesar de todo o investimento em fibra, faixas para 4G foram arrematadas em mais 2,9 mil municípios por 324 empresas

Os dois “Brasis” da banda larga fixa

Grupo A

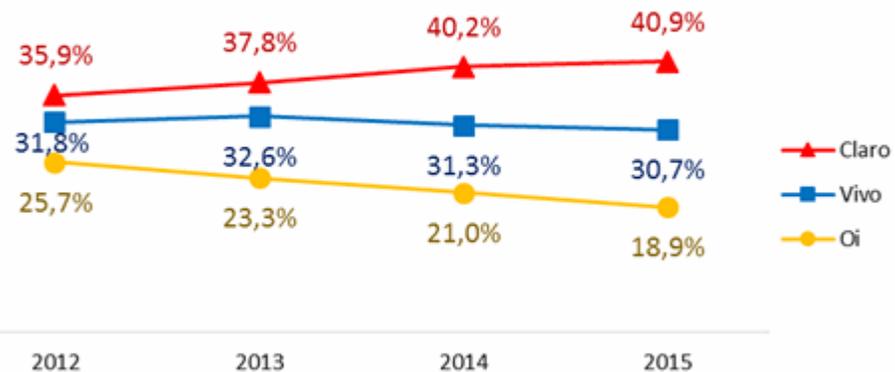
248 municípios onde existe Net, GVT e Vivo Fibra
 5% dos municípios
 50% da população
 77% dos acessos
 75% com velocidade > 2Mbps

Grupo B

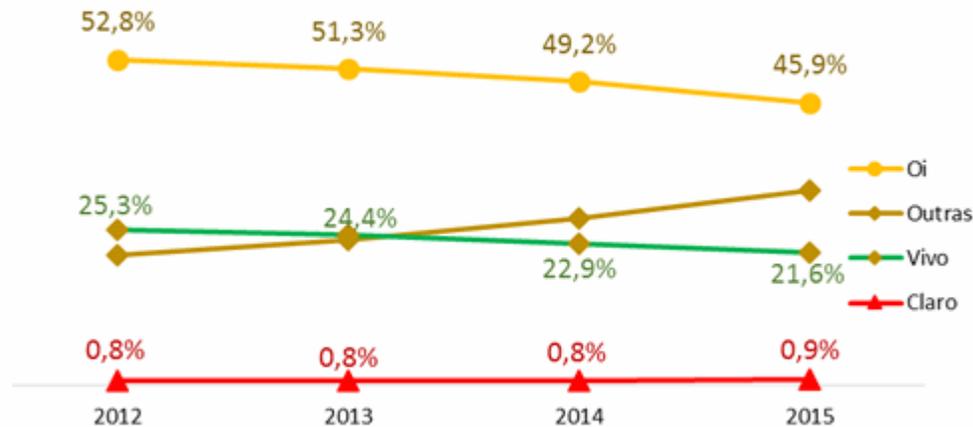
Demais municípios
 95% dos municípios
 50% da população
 23% dos acessos
 38% com velocidade > 2 Mbps

Fonte: Teleco / dados de 2015

Market Share Banda Larga Fixa - Grupo A



Market Share Banda Larga Fixa - Grupo B



CONQUISTAS



- Leilão de frequência para provedores
- Liminar contra cobrança da Condecine de associados do Simples
- Reforma da portaria 214/2015 da Anatel
- Participação no CDUST; Grupo de Trabalho RGA; Grupo GT Postes
- Participação ativa em Audiência Públicas no Congresso e Anatel
- Interação com o Ministério das Comunicações e outros órgãos do Poder Executivo

CONQUISTAS



- PL 3862/2015 – Cria Fundo de Aval Para Provedores
- PL 3863/2015 – Abre novo prazo para o REPNBL e retira a vedação a empresas optantes pelo Simples
- PL 3861/2015 – Obriga a construção de dutos de telecomunicações em obras públicas de infraestrutura
- PLP 366/2013 – Incluía acesso à Internet na lista do ISS, mas apenas “atribuição e autenticação de endereço IP”

DESAFIOS



- Financiamento: Rede de fibra não é aceita como garantia
- Postes: Forte interação com Anatel e contato com advogados para estudar eventuais medidas judiciais
- Redução do limite do cartão BNDES
- Fim dos boletos sem registro

QUEM SOMOS



- Mais 700 associados provedores
- Mais de 100 associados fornecedores
- Sede em Brasília
- Assessoria jurídica ao associado
- Provedores do Brasil inteiro trocam informações por meio da ABRINT
- Fornecedores entram em contato com Provedores por meio da ABRINT

8ISP – O Maior Encontro de Provedores da América Latina



- Mais de 4 mil pessoas
- Mais de 100 expositores
- Discussão de temas relevantes para os provedores
- Duas salas de treinamento
- 13 jornalistas presentes
- 35 matérias publicadas
- Ambiente único para networking e relacionamento











abrint 

REPERCUSSÃO

abrint

ECONÔMICO Valor

Empresas Serviços&Tecnologia

Internet Grupo avançou 4% este ano, para 2,5 milhões de acessos

Provedores de banda larga crescem mais que teles

Rodrigo Carro
Do Rio

Dispostos a ocupar nichos ignorados pelas grandes operadoras, provedores de médio e pequeno porte de acesso à internet fixa via banda larga expandiram sua base de clientes numa velocidade três vezes superior à das teles em 2016. Apesar do quadro econômico recessivo, os pequenos provedores e os de atuação regional contavam em 30 de abril com 2,5 milhões de acessos, um total 4% superior ao registrado no fim de 2015.

Enquanto isso, as sete maiores empresas do segmento, juntas, ampliaram sua base em 1.33% nos primeiros quatro meses do ano, segundo dados compilados pela consultoria Telecto. As limitações de alcance e velocidade de conexão da banda larga móvel, principalmente em regiões no interior do país, contribuem para a atratividade dos provedores regionais.

"Há muita área a cobrir no interior do país, devido à falta de estabilidade da banda larga móvel em termos de velocidade", disse Carolina Gonçalves, analista

ções para a América Latina da consultoria Frost & Sullivan. Ela destaca também a falta de interesse das grandes operadoras em investir em áreas sem perspectiva clara de retorno financeiro.

Independentemente das condições, os pesos pesados do segmento de banda larga fixa continuam a se expandir. "Operadoras grandes, como Net (Grupo Claro) e Telefônica Vivo, estão ganhando mercado empacotando serviços", disse a analista, referindo-se à venda de pacotes com diferentes modalidades (telefonia fixa e móvel, banda larga e TV paga).

As operadoras nacionais e regionais (Claro, Vivo, Oi, Algar, TIM, Sky e Sercomtel) somaram 23 milhões de acessos de banda larga fixa ao fim de 2015. Esse total significa um incremento de 4,9% na comparação com o ano anterior.

Entre os pequenos e médios provedores, a taxa de expansão foi bem superior: 21,5% para o período. O avanço também é perceptível em termos de participação de mercado. A falta dos provedores regionais cresceu mais de um terço desde o fim de 2013, passando de 7,2% para 9,9% em abril deste ano, de acordo com dados da Telecto.



Maurício de Almeida Prado, do Plano CDE: "As famílias estão trocando carne por frango para não cortar a internet"

larga fixa como uma despesa remida (SCM) — categoria que abrange a banda larga fixa — pode ser medido pelo número de autorizações concedidas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) a empresas interessadas em oferecer o SCM.

Até abril, o total acumulado de autorizações concedidas era de 6.179 — um salto de quase 50% em pouco mais de dois anos. "Parte desse movimento é expansão e outra parte, regularização de empresas já existentes", explicou Bastião Rodrigues Perez, presidente do conselho da Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações (Abrint).

Perez afirma que a associação

serviços de comunicação multimídia (SCM) — categoria que abrange a banda larga fixa — pode ser medido pelo número de autorizações concedidas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) a empresas interessadas em oferecer o SCM.

Até abril, o total acumulado de autorizações concedidas era de 6.179 — um salto de quase 50% em pouco mais de dois anos. "Parte desse movimento é expansão e outra parte, regularização de empresas já existentes", explicou Bastião Rodrigues Perez, presidente do conselho da Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações (Abrint).

Perez afirma que a associação

lencas concedidas inferior à realidade do mercado. Embora nem todas as licenças resultem efetivamente na abertura de empresas, o presidente do conselho da Abrint disse que a demanda aquecida pelo serviço tem gerado uma onda de regularizações no segmento. "As empresas existentes estão crescendo e, com isto, sentindo necessidade de se regularizar", afirmou.

O aumento no número de licenças de SCM também está relacionado à simplificação pela Anatel do processo de requisição das autorizações, diz Huber Bernat Filho, diretor da Telecto. Desde 29 de abril, a agência reguladora permite a solicitação de outorga do serviço de comuni-

Empresas Serviços&Tecnologia

Banda larga Debate mobiliza usuários e órgãos de defesa dos consumidores Falta de clareza em regras da internet fixa fortalece críticas

Yvone Santana
De São Paulo



No Vivo, 4% dos clientes usam 25% da capacidade de tráfego; em provedores pagadores, 9% consomem 50% da banda

A decisão da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) de ampliar as operadoras a imporem limite no uso da banda larga fixa provocou um debate entre consumidores de quase todo o país. De críticas a elogios, os internautas temem que o resultado na negociação e restrição por todos os meios de comunicação. O sistema prevê uma "sete" nas redes sociais durante a semana. Os usuários do Vivo têm acesso a estatísticas de uso de dados, o que permite a visualização de vídeos pela internet, seja para educação, trabalho ou entretenimento.

Mas não há clareza de como é o monitoramento das operadoras, pois a maioria das operadoras não oferece um sistema que permita o acompanhamento do uso de dados ao pagar, mas já acontece na internet móvel. Ainda assim, há uma forte mobilização popular.

"A ideia é dar opções que não estão sendo dadas sobre o que queremos fazer, de que jeito não fazer e em que nível impactar", disse João Paulo Bratler, coordenador de pesquisa de telecomunicações na consultoria IDC Brasil. "A decisão a empresa é que não beneficia só para as teles, mas para o resto. O resultado é um alinhamento público", afirmou.

Para Bratler, o ponto principal é estabelecer um modelo de negócios, um acordo que beneficie parte dos usuários. É possível que, no fim das contas, seja um bom negócio para os provedores, disse: Isso po-

der, o usuário precisa ter que ter de na realidade mínima, durante 24 horas, o mês todo, disse Eric Rodrigues, diretor de Interação e presidente da Associação Brasileira dos Provedores de Internet e Telecomunicações (Abrint). Rodrigues investigou o caso, mas não comprometeu a regularidade e deixou para lá.

Entre as empresas da Abrint, 3% dos consumidores consomem 50% da banda. Já para uma empresa como a Vivo, 4% dos clientes usam 25% da capacidade.

Serviços de conteúdo como o do sob demanda, do Netflix, e de busca, do Google, são os grandes parceiros nem dinheiro envolvido, disse Rodrigues. Há casos em que um grupo de provedores se reúne para o uso de um só equipamento de transmissão. De modo geral, são empresas pequenas, 80% optantes do Simples e com até 50 mil assinantes. Portanto, fontes da categoria da Anatel. "Mas entendemos que estamos na discussão, porque as pessoas acham que haverá impacto sobre todos", disse.

Para as teles, o problema é a limitação de rede e o investimento, para estes pequenos provedores, não. Eles estão trocando as estações de rádio por fibra óptica, para

02/06/2016 às 05h00

Restrição à banda larga fixa volta ao debate

Por Tatiane Bortolozzi | De São Paulo



O presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), João Rezende, reacendeu a polêmica sobre o direito de as operadoras limitarem as conexões de banda larga fixa dos clientes, uma vez que os pacotes contratados tenham chegado ao limite. "Querer controlar o modelo de negócio pode ser um desincentivo ao investimento e limitar a expansão de rede, que hoje é algo fundamental", afirmou.



Rezende, da Anatel: decisão de cobrar franquia pertence às operadoras

Em abril, a Anatel decidiu proibir, por tempo indeterminado, os limites de conexão de banda larga fixa aos usuários que atingirem a franquia do serviço. A medida foi tomada depois de uma enxurrada de críticas de usuários à decisão da Vivo de anunciar a intenção de limitar o consumo de internet fixa.

Maximiliano Martinhão, secretário de inclusão digital e internet do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC), disse considerar que houve uma "falha de comunicação muito grande". Os usuários viram a risco de o contrato ser alterado, sem que pudessem opinar ou entender o impacto da mudança, o que gerou reações fortes, afirmou Martinhão, durante evento da Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações (Abrint), em São Paulo. "A internet já faz muito tempo que deixou de ser lazer. Hoje é trabalho, educação, saúde."

Martinhão afirmou que é preciso encontrar um equilíbrio econômico-financeiro entre as empresas e os usuários. "O fundamental é que o consumidor não seja prejudicado nesse processo - abusos não serão tolerados - mas é preciso entender que o setor tem que ser rentável para que os investimentos possam ocorrer."

Rezende disse ser importante encontrar oferecer ferramentas para o usuário ter ciência do quanto e de que forma está gastando os dados fixos. Desde que haja transparência, nada impede a cobrança da franquia, afirmou. A decisão, segundo o presidente da Anatel, é uma escolha que só cabe às operadoras.

PEQUENAS EMPRESAS LEVAM INTERNET PARA LONGE DOS GRANDES CENTROS

A maior parte dos 2,2 mil provedores licenciados no país são pequenas empresas. Falta de crédito e redes clandestinas são desafios para o setor

01.07.2016 Por Adriano Law

Compartilhe em Facebook, LinkedIn, Twitter, Email



Cabo de fibra ótica. Provedores querem ampliar oferta de internet com a tecnologia (Foto: ThinkStock)

Na Brasil, há 2,2 mil provedores de internet licenciados, de acordo com a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). No entanto, a maioria é desconhecida pela boa parte da população do país – ainda assim, quem vive em grandes cidades, onde a oferta de serviços de internet fica na mão de poucas empresas.

LEIA TAMBÉM

Como a internet pode aumentar as vendas dos seus negócios

de quem vive de internet fica de forma clandestina.

Na década de 90, quando a internet surgiu no Brasil, os provedores eram os pequenos operadores locais que tinham a

Assine PEGN por 111 ano.
FRANQUIA
ganhe - 6 meses
o Dado de Franquia
Assine agora!

Revista Negócios Emp. - 3,99R\$
Lize Nogueira
4 Quer Páguas

Negócios

Demanda antiga do setor, Fundo Garantidor para construção de infraestrutura é formalizado pelo governo; por outro lado, aplicação das normas para antenas e postes seguem em aberto

Após conquista de crédito, pequenos provedores pedem aplicação de leis

TELECOMUNICAÇÕES

Henrique Hülbo
henrique@abn.com.br

Formalizado nesta semana pelo Ministério das Comunicações (MCT) o fundo de apoio para provedores regionais de banda larga atende parte das demandas dos pequenos do segmento – que, até então, ainda esperam definições em outras frentes, como a regulamentação de postes e antenas.

Classificada como uma "grande conquista" pelo presidente da Associação Brasileira de Internet e Telecomunicações (Abrint), Etch Rodrigues, o Fundo Garantidor para a atuação dos chamados ISPs (do inglês *Internet Service Provider*, ou provedores de internet) vai reservar R\$ 400 milhões em infraestrutura de banda larga até 2016, dos quais R\$ 50 milhões podem ser aportados ainda neste ano.

Os valores servem como garantia bancária para a contratação de fibra ótica pelos cerca de 3,5 mil ISPs brasileiros, que historicamente possuem dificuldades em obter crédito para seus projetos, uma vez que são pequenas, ao contrário das grandes do setor, não recebem subsídios do governo. "Como eles não tiveram mais certeza própria fibra como garantia, muitas vezes temos que oferecer nossas próprias sedes",

expliqua o sócio-proprietário de Pernambuco, PterNet, André Felipe Rodrigues. Com a formalização do fundo, o Ministro das Comunicações, MCT, André Rigotto, espera aumentar de 50% para 70% o número de municípios brasileiros cobertos por fibra ótica, atualmente assim 55% da população. A iniciativa faz parte do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL) e deve priorizar a aplicação de recursos em ação coordenada com o Ministério da Educação (MEC), a conexão a rede

de 30 mil escolas de municípios distantes. Durante o lançamento da nova etapa do PNBL, "Outrada" (Rede Inteligente), figurando referências ao papel dos ISPs – que, juntos, possuem cerca de 2,4 milhões de acessos em banda larga – no processo de universalização do serviço.

Além disso, uma série de demandas que afetam os ISPs na construção da infraestrutura, sobretudo fora dos grandes centros, ainda não saíram do papel – nem mesmo aquelas que já se tornaram leis. Um bom exemplo é a aplicação do valor referencial a ser cobrado pela utilização dos postes, necessários para a instalação da fibra na maior parte dos projetos. Como forma de garantir isonomia entre pequenas e grandes players, as agências reguladoras de telecomunicações e energia definiram, ainda em 2014, um preço único de R\$ 3,19 por alômetro de cada poste. Ele não ajudou a resolução dos conflitos, dia 07 de setembro, a distribuição de energia, apenas uma no Paraná, adotou a regra de forma espontânea, e já está querendo impor correção", explica Etch Rodrigues.

André Felipe Rodrigues, da PterNet, ilustra a situação: enquanto a concessionária envolvida em um projeto de fibra de 210 quilômetros ligando Recife e Caruaru (PE), paga R\$ 3,10 pelo alômetro de cada poste, uma das três líderes de mercado que atua na mesma região paga de R\$ 7 a R\$ 8,10. Problema semelhante envolve o Lei 13.116, conhecida como Lei das Antenas. Aprovado em abril passado com o intuito de facilitar a instalação de antenas – tanto suporta a interferência de prefeituras e outros órgãos – através de um prazo limite de 90 dias para a liberação de alômetro. "Isa já foi aprovada, e deveria facilitar a colocação de antenas, além de versar sobre o valor de passagem pela rodovia, mas ainda há dúvidas", aponta o

presidente da Abrint, citando um imbróglio ainda em aberto junto ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), que, segundo o acordo, deveria deixar de cobrar pela passagem da infraestrutura em rodovias. "Se vou usar 177 quilômetros de rodovia, pago um boleto de R\$ 40

ou 50 mil reais, mesmo que isso fosse recebido pelo Lei das Antenas, mas o MCT e o DNIT ainda estão em negociações", aponta Rodrigues.

Por outro lado, o acesso dos pequenos provedores à radiofrequência vai avançando, mesmo diante da instabilidade política: a ProNet é uma das 90 ISPs cujo contrato já foi aprovado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e que esperam ter acesso a sua faixa – adquirida durante leilão de sobras de 700 MHz em dezembro – ainda este ano. Segundo a Abrint, cerca de 300 ISPs devem ter seus contratos aprovados.

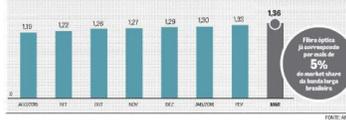
ENTRE GIGANTES

Participação de mercado de pequenos provedores de internet em milhões



Atuação de fibra ótica no País

Em milhões de metros





- De 31 de maio a 2 de junho de 2017
- Evento maior: acontecerá em 2 pisos do Centro de Convenções Frei Caneca em São Paulo (SP)
- 3 salas de treinamento
- Quem não tem licença SCM poderá tirar no stand da Anatel no evento
- Almoço de network com fornecedores
- Associado com mais de 6 meses de associação terá inscrição gratuita



OBRIGADO

Helton Posseti
gerente@abrint.com.br